

**O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:  
ATORES, GOVERNAÇÃO, REGULAÇÃO E QUESTÕES EMERGENTES NO CENÁRIO  
BRASILEIRO <sup>1</sup>**

**THE NATIONAL MOVEMENT OF THE “COLLECTORS” OF RECYCLABLE  
MATERIALS: ACTORS, GOVERNANCE, REGULATION AND EMERGENT QUESTIONS  
IN THE BRAZILIAN CONTEXT.**

**EL MOVIMIENTO NACIONAL DE LOS COLECTORES DE MATERIALES  
RECICLABLES: ACTORES, GOVERNANCIÓN, REGULACIÓN Y CUESTIONES  
EMERGENCIALES EN EL ENCENARIO BRASILEÑO.**

**Rosemeire Barboza da Silva<sup>♦</sup>**

**Resumo:**

Num contexto onde a governação exige cada vez mais a participação dos sujeitos no espaço público, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil parece vir contribuindo de maneira crescente para a criação de um ambiente institucional onde a luta contra a pobreza e a exclusão social se torne referência. Esse coletivo de trabalhadores, até então discriminado, busca transformar a matriz das relações sociais, tanto por meio da re-significação de uma identidade que vem ao longo do tempo sendo

---

<sup>1</sup>As reflexões que serão apresentadas nesse artigo só foram possíveis por meio dos anos que antecedem minha chegada ao CES de militância junto à população em situação de rua, e, atualmente, pela turma do Programa de Doutorado Governança, Conhecimento e Inovação que tem me ajudado a refletir sobre meu percurso. E, nesse contexto nomeadamente às reflexões suscitadas pelo Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> José Reis e Prof<sup>º</sup> Dr. Vítor Neves. Não posso deixar de salientar o quanto sou agradecida aos amigos brasileiros, que vivem nas ruas e que mostram no seu cotidiano, que de fato, um outro mundo é possível: Carlos Antonio dos Reis “Carlão catador” da Associação de Catadores Recicla Vida – SP e liderança do MNCR, que por meio de e-mails, tem se feito presente. Sou agradecida igualmente a Dona Geralda, que abriu as portas da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável) em Belo Horizonte, Minas Gerais e gentilmente cedeu-me entrevistas e apresentou todo o projeto, fazendo-me com que eu me sentisse em casa; agradeço também à Ritinha por ceder materiais gráficos e fornecer o ambiente apropriado para minha pesquisa na ASMARE. Bem como, sou agradecida à OAF (Organização de Auxílio Fraternal) pela possibilidade de acompanhar mais de perto o dia-a-dia dos catadores. Não poderia deixar de agradecer a Secretaria Nacional do MNCR, que se fez parceira e constante, no momento da coleta de dados e na delimitação das questões: obrigada Edy De Lucca. Pelo material teórico fornecido e questionamentos que suscitaram agradeço a Daniel De Lucca. Agradeço à Rede Rua de Comunicação em São Paulo - Brasil, principalmente Alderon Costa, pelos conselhos e toda a logística e envio de materiais para o desenvolvimento desse e outros estudos. Pelos ensinamentos e rigor ético, epistemológico e metodológico com que venho aprendendo a tratar tais questões, agradeço sobretudo, a Cleisa M. M. Rosa. Pelos diálogos constantes agradeço a Adriana Souza e Paul Georges Okinda. Desnecessário é dizer que todas as faltas cometidas na redação desse artigo são de minha inteira responsabilidade.

<sup>♦</sup> Aluna do Programa de Doutorado Governança, Conhecimento e Inovação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. E-mail: [rosemeire.silva@student.fe.uc.pt](mailto:rosemeire.silva@student.fe.uc.pt)

negativamente associada à proximidade aos resíduos sólidos como demonstrando a centralidade do trabalho para os projetos que lutam contra a exclusão e pela cidadania. Desse modo é objetivo desse artigo compreender e problematizar como esse emergente coletivo configura-se na articulação e representação da discussão de temas como a regulação da profissão de “catador de materiais recicláveis”, a regulação ambiental e a conseqüente re-significação de sua função social na arena pública. Para isso utilizaremos como referência uma explanação sobre o coletivo de catadores e sua posterior representação como movimento social, bem como suas recentes conquistas. Em nossas considerações, finalmente, buscaremos discutir as questões da regulação ambiental e profissional numa perspectiva da governação, não apenas enquanto processo interacional, mas eminentemente relacional, já que dada as formas diversificadas de atuação na arena pública e das assimetrias presentes em tais atuações, a governação se configura muito mais por vinculações e ligações do que por uma posição intermediária e recíproca como pressupõe as idéias interacionistas.

**Palavras-chaves:** catador de materiais recicláveis, governação, regulação e meio ambiente.

**Abstract:**

In a context where the governing demands more and more everybody's participation at public spaces, the National Movement of recyclable supplies collectors in Brazil seems to be increasingly contributing for the creation of an institutional environment where the fight against poverty and social exclusion becomes a reference. This group of workers, up to this moment highly discriminated, tries to change the social relations matrix, not only by means of a re-identification of an identity which has, through the years, been negatively associated to the proximity to the solid residues, but also demonstrating the centrality of the work, for the projects that fight against exclusion and for the citizenship. This way, this article aims to understand how this collective emergent is configured in the articulation and representation of debates on themes such as the regulation of the recyclable supplies collectors profession, the environmental regulation and the consequent re-signification of their social functions in the public arena. For that, we will use as a reference, an explanation about the collective of the collectors and their posterior representation as a social movement as well as their latest conquests. In our considerations, eventually, we'll try to raise the issue of the environmental and professional regulation under the governing perspective, not only while an interaction process, but eminently relational; once there are diversified ways of actuation in the public arena, and there are also asymmetries present in such actuation, the governing is configured much more by ties and links than by a mutual and intermediate position, as the interaction ideas suppose.

**Keywords:** recyclable supplies collector, governing, regulation and environment.

**Resumen:**

En un contexto donde la *governación* exige cada vez mas la participación de los sujetos en el espacio público, el Movimiento Nacional de los Colectores de Materiales Reciclables en Brasil parece contribuir de manera creciente para la creación de un ambiente institucional donde la lucha contra la pobreza y la exclusión social se torne referencia. Este colectivo de trabajadores, hasta entonces discriminado, busca transformar la matriz de las relaciones sociales, tanto por medio de la re-significación de una identidad que



institucionalista da Economia, como espaço de intercâmbio e diálogo inovador entre atores sociais, governação ambiental e regulação. E também como esses atores, emergentes num cenário complexo e assimétrico surgem na arena pública, re-significando e atualizando sua função social, reafirmando-se e ocupando novos espaços, ou mesmo atuando como responsáveis por criar ou modificar institucionalmente as ‘regras do jogo’.

Assim, acreditamos que a relação entre governação, regulação ambiental e profissional pode lançar luzes para a compreensão do protagonismo de tais atores na arena pública e, por conseguinte, a releitura do desenvolvimento de tal coletivo, desde uma perspectiva crítica da governação, como processo relacional, pode nos ajudar a olhar criticamente para como a ciência lida com tais fenômenos.

Sendo assim, concordamos que por criar novos diálogos, fomentar e ampliar o debate sobre tais questões, não só publicizando ações que muitas vezes são consideradas marginais e realizadas por “populações excluídas” mas possibilitando uma análise crítica dessas ações estamos contribuindo para ampliação da compreensão dos vínculos e das conexões presentes no cotidiano desse e de outros coletivos e como tais ligações se constituem como verdadeiras lutas.

Essa luta, por sua vez, torna-se possível porque começa a ser ativada como visível, ou seja, a partir do momento que uma nova identidade é vivida cotidianamente pelos catadores, ela acaba por ser consequentemente forjada institucionalmente, sendo essa identidade, dessa forma, mediada por dispositivos complexos de reconhecimento e participação no espaço público contribuindo notoriamente em diferentes níveis para que o catador tenha consciência de seu papel, não só como sujeito público que presta um serviço imprescindível e que poucos estariam dispostos a executar, mas também, porque por meio dessa visibilização, mudanças mais complexas ocorrem: reconfigurações identitárias, aumento da auto-estima, re-inserção no lar e na família, dignidade, reativação e criação de laços sociais, afetos e redes de pertença e outros pontos salientados pelos próprios catadores.

Se compreendermos portanto, que quando falamos de meio ambiente e participação estamos falando de um tema complexo e interrelacionado que traz consigo uma pluralidade de questões, compreendemos aqui que o MNCR acaba por forjar a inovação, por meio da coleta de resíduos e sua posterior reciclagem ao se apropriarem

das oportunidades para fortalecer sua posições nas relações sociais locais de que dependem.

Dessa forma, na primeira parte do texto, buscaremos contextualizar o MNCR como fenômeno que surge da organização política de um grupo de catadores de resíduos na cidade de São Paulo, levantando algumas questões, como o crescimento econômico dos anos 60 e 70, bem como sua retração nas décadas seguintes, nomeadamente no Brasil.

Numa segunda parte, buscaremos num primeiro momento discutir as questões da governação propondo uma perspectiva que a contemple como relacional, pois pressupõe desde de início assimetria de interesses e de ações, antagonismos e agonismos para, em seguida, debatermos as questões de regulação ambiental e profissional engendradas por meio da organização dos catadores.

Para finalizar, refletiremos sobre as questões abordadas como uma fonte de problematizações interessantes que não só contribuem para a ampliação da compreensão da governação em países emergentes, que lidam no seu cotidiano com as questões das graves desigualdades sociais, bem como com a incorporação de dimensões sociais e ambientais e seu impacto econômico como uma forma criativa e emergente de inclusão social.

## 1. A emergência do MNCR: a organização complexa e as profundas alterações no mundo do trabalho e na compreensão do meio ambiente

Pensar o MNCR se coloca aqui como um desafio transdisciplinar, ou seja, buscaremos ao longo das próximas páginas propor uma leitura que focalize a importância da concatenação dos fatores ambientais, sociais e econômicos para uma compreensão das complexas redes que sustentam as ações desse movimento.

Portanto, um dos nossos objetivos aqui é problematizar algumas das ações coordenadas dos catadores, sem perder de vista a emergência de tal movimento e também buscar compreender tal movimento a partir de perspectivas que privilegiam e acreditam que as questões sociais são encadeadas e iniciadas a partir de inúmeros fatores, o que nos obriga a buscar, não uma leitura geral e decisiva, mas sim uma abordagem que priorize a visão sistêmica e complexa. Como disse Morin “os conhecimentos fragmentados só servem para usos técnicos. Não conseguem conjugar-se

para alimentar um pensamento capaz de considerar a condição humana no âmago da vida, na terra, no mundo, e de enfrentar os grandes desafios de nossa época” (2000:150).

Sabendo que o planeta terra produz, em média, 1,84 bilhões de toneladas de lixo por ano e essa estimativa, aumenta progressivamente, devido ao aumento da população e expectativa de vida, espera-se que 31% (Grimberg, 2005:1) a mais dos resíduos sólidos sem reaproveitamento tenham como destinação final os aterros sanitários, aterros controlados e, em muitos lugares do mundo, os conhecidos lixões<sup>3</sup> a céu aberto.

Aliados a esses dados, outros que dizem respeito às despesas governamentais: segundo o Banco Mundial (1992), as cidades, principalmente nos países periféricos e semi-periféricos, costumam destinar cerca de um quinto de seu orçamento para a limpeza pública. Licitações, folha de pagamento de funcionários, aterros, logística de recolhimento dos resíduos são insumos que oneram os gastos e acabam por se tornar em destinatários de um orçamento oficial que poderia ser direcionado para a educação e a saúde, áreas que historicamente têm seus orçamentos limitados e sujeitos a cortes e re-adequações em virtude de ‘outras prioridades’.

Entretanto, esse é apenas um lado da questão do volume de resíduos produzidos, um outro, cada vez mais perceptível, diz respeito a um ‘bem comum’ (Harding, 1968), ou seja, é o meio ambiente que acaba por absorver e responder aos abusos infligidos à biosfera.

As respostas da natureza, marcadas por sua imprevisibilidade e extensões, vêm ocasionando diversos debates, fomentados inclusive por agências supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial. Não obstante, o debate acerca do meio ambiente e sua capacidade de carga (Lipietz, 1999:202) já é responsável por uma grande produção teórica, frequentemente central em diversas pesquisas levadas a cabo por centros de investigação nas mais variadas disciplinas. Podemos somar a tais pesquisas e mobilização internacional a articulação dos novos movimentos sociais, nomeadamente, os movimentos sociais em defesa da Ecologia (Laclau, 1983).

---

<sup>3</sup> Lixões, no Brasil, são grandes espaços que funcionam como depósitos de lixo a céu aberto, onde é destinada uma grande parte do lixo doméstico (cerca de 59% dos municípios dispõe os dejetos em lixões, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico [IBGE, 2000]). Nesses locais os resíduos, depositados de forma regular ou clandestinamente, causam além de todos os malefícios da poluição ambiental, do risco de contaminação do solo, de rios e águas subterrâneas a proliferação de parasitas prejudiciais ao ser humano.

Contudo, as tais 'respostas da natureza' vêm sendo questionadas, pois segundo especialistas o termo 'catástrofes naturais', não é correto, pois para eles a intervenção humana é um dos principais fatores de acionamento de tais intempéries: dois dos exemplos mais flagrantes, nesse sentido são os gases de efeito estufa e o superaquecimento global (Calame, 2004; Harding, 1968; Leff, 2001; Lipietz, 1999 et al.) onde é perceptível a ação humana como componente potencializador.

A compreensão de tais fenômenos contudo, exige a exposição de uma das lógicas fundantes desse quadro, dessa forma se faz pertinente, em consonância com alguns autores, discutirmos como a lógica econômica clássica, aquela que por exemplo mantém uma perspectiva de aceitação da racionalidade humana e das instituições como meras restrições (Hodgson, 1994) permeia e sustenta tal concessão.

Para Leff (2001), por exemplo, "a economia afirma o sentido do mundo na produção, a natureza é coisificada, desnaturalizada de sua complexidade ecológica e convertida em matéria prima de um processo econômico" (idem:1), nessa compreensão, que vem impregnada da disjunção entre ser humano e natureza, resultante de um mecanismo de objetivação do mundo, a natureza passa a ser tratada apenas como uma espécie de fornecedor: recursos ilimitados que possibilitarão conforto e desenvolvimento ilimitados num mundo onde o mercado é ainda vislumbrado como a única forma possível de regulação<sup>4</sup>, ou na crítica que Boyer direciona a alguns economistas menos cautelosos que, consideram o mercado como: "o menos imperfeito mecanismo de coordenação da atividade econômica em sociedades complexas e descentralizadas." (1996:107).

Em contrapartida, as críticas à visão ortodoxa assinalaram que as consequências de uma economia global entregue às suas próprias forças, estaria levando a um uso extravagante e ao esgotamento de recursos naturais, o que estaria promovendo, nos países do Sul, nomeadamente, uma reprodução de padrões de consumo e desperdícios semelhante ao de países do Norte.

---

<sup>4</sup> Apesar de muitos autores, dentre eles os representantes da escola da regulação francesa (Boyer & Drache, 1996), Abramavoy et al. (2006) e José Reis (1996; 2005c) salientarem, não só a presença fundamental do Estado no cenário da governação supranacional, mas também o Estado como elo ligação entre várias outras ordens institucionais, alguns autores são responsáveis por assinalar o fim do Estado-nação e a supremacia dos mercados como forma efetiva de se alcançar o almejado desenvolvimento social. Uma importante leitura crítica sobre tal posicionamento é Estados contra Mercados: os limites da globalização (Boyer & Drache, 1996).

Temos portanto de um lado a visão macroeconômica, com sua perspectiva de que o crescimento sempre é possível e de outro a visão microeconômica onde o optimum da produção sempre impõe limites ao crescimento.

Uma das respostas encontradas a esse impasse entre crescimento/desenvolvimento X esgotamento dos recursos naturais, foi justamente o fomento à liberalização dos mercados e a constante reafirmação de que uma economia liberalizada seria o caminho certo para o crescimento econômico, principalmente nos países que emergiam no mercado internacional, como foi o caso brasileiro. Desse modo, os recursos naturais dos países do Sul continuariam sustentando o mesmo padrão de vida dos países do Norte e o livre comércio global propiciaria também a entrada de tais países numa curva ascendente de crescimento e desenvolvimento perenes.

No entanto, após os impulsos massivos ao desenvolvimento e políticas de incentivo ao crescimento econômico, muito se falou na crise que se instalou no mundo na década de 80. Para quem havia sido testemunha de um crescimento sem precedentes dos fluxos monetários e financeiros relacionados ao comércio de bens e serviços, durante as décadas de 60 e 70<sup>5</sup>, os anos 80 acabaram configurando-se numa espécie de frustração: a então chamada ‘década perdida’ pelos economistas, trazia consigo o que seriam os efeitos colaterais do fomento à intensa industrialização das décadas anteriores: recessão, endividamento de países periféricos, altas taxas de desemprego em contraponto ao pleno emprego, exíguas políticas públicas, crescimento do mercado informal de trabalho, em consequência da precarização das relações formais de emprego (Castel, 1998:22) e por conseguinte a ‘sujeira’ do progresso, ou seja, percebeu-se na década de 80, que muito mais do que antes, as constantes intervenções humanas na natureza e o desrespeito ao

---

<sup>5</sup> De acordo com Petrella (1996), os fluxos de capital representam o catalisador fundamental do capitalismo global, sendo assim o mundo que presenciou desde o fim da Segunda Guerra Mundial uma relativa atrofia referente a esses fluxos, tem na década de 70 uma rápida aceleração e intensificação dos mercados financeiros, resultado de investimentos maciços de instituições bancárias do Norte (financiados pelo dinheiro do petróleo) nos países do Sul. Esses investimentos, contudo, foram disponibilizados mediante a cobrança de altos juros e estabelecimento de *standards* de desenvolvimento (STIGLITZ, 2002a, p.28), fornecidos pelas mesmas instituições (como o Fundo Monetário Internacional – FMI – bancos multilaterais entre outros). Assim, essas instituições acabaram por terem legitimidade para exigir resultados desses países, bem como a abertura dos mercados para uma procura global. Nesse contexto o FMI fortalecia seu papel e começava a exercer um modo de pressão internacional sobre os países que não estavam oferecendo sua parcela de contribuição para manter ativa a procura global e o livre fluxo de capital, permitindo assim que a economia estagnasse, o que acabou por instaurar um círculo vicioso de dívida e dependência nos países do Sul, que teve como consequência, a crise dos anos 80 e a retração de muitas economias internas, crises econômicas e inflações muitas vezes incontornáveis culminando no aumento progressivo das ‘dívidas externas’. Ver: Stiglitz (2002a).



meio ambiente poderiam ter efeitos nocivos ao próprio ser humano e não só, tais efeitos traziam em seu cerne pressupostos que ainda hoje, estamos tentando aprender a lidar: a irreversibilidade e a incerteza, aspectos inerentes de grandes catástrofes, como crises energéticas, furacões, chuvas intensas, longos períodos sem chuva em regiões como o agreste brasileiro etc.

A irreversibilidade e a incerteza oriundas dessa desmesurada apropriação da natureza (sempre considerada como uma externalidade e não parte da própria sociedade), com vistas ao almejado crescimento econômico representaram muitas vezes também, a produção cada vez maior de bens e serviços descartáveis.

Como vimos no contexto da década de 80 e 90, intervenções irrefletidas na natureza foram tornando-se a tônica da sociedade de consumo, num círculo vicioso em que o descarte, cada vez mais rápido, dava lugar a novos objetos de desejo e assim alimentava a força motriz de sustentação dos mercados. O consumo aqui, inscrevia não só os Estados no caminho aberto da livre concorrência à escala global, como também inscrevia os próprios indivíduos no mundo das relações sociais: consumir e descartar tornavam-se aspectos emblemáticos das relações econômicas e de poder. Surgia com força nessa última década, categorias como “excluídos” e “incluídos”. Pessoas poderiam facilmente serem classificadas pela quantidade de resíduos produzida diariamente em suas casas: quanto mais se consumia, maior seria o volume de lixo produzido, ou seja, pobres e ricos tinham, nos mais diversos países do mundo, uma similitude em suas vivências cotidianas, a média de resíduos lançados fora, agora figurava como um indicador de quem vive para o lixo e quem começou a viver do lixo.

### 1.1 A emergência de novas institucionalidades:

Institucionalidades emergiam: algumas com novas roupagens, outras como respostas verdadeiramente emergentes e inovadoras. É nesse contexto, profundo de novas articulações, de criação de novas necessidades e de uma utilização desmesurada dos recursos naturais, que surge a experiência do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil, um movimento articulado, por atores sociais, que desde a década de 50, aprenderam a sobreviver do lixo e nesse percurso, aprenderam a fazer dele sua fonte de renda e de visibilização na sociedade, de retomada de vínculos e de

pertencimento social e territorial, bem como fonte de auto-estima e dignidade num contexto mais subjetivo.

De acordo com relatos orais, o trabalho de catação tem sua gênese na década de 50 e é ampliado nas décadas subseqüentes, pelo aumento do desemprego, que podemos perceber como fenômeno do mesmo epicentro que nos referíamos acima: liberalização do mercado, volatilidade de investimentos externos e a política levada a cabo por acordos como o Consenso de Washington<sup>6</sup>.

Em conseqüência da delineação desse cenário, podemos inferir que as transformações colocadas em marcha nas relações de trabalho que o mundo presenciou na mesma época acabaram por ser decisivas para compreendermos a extensa e complexa rede que articula as bases orgânicas do Movimento.

A precarização, a mão-de-obra volátil (super e sub-qualificada), os grandes contingentes de desempregados perenes tornavam-se aspectos estruturantes das novas relações no cenário internacional: “as empresas adotaram estratégias defensivas agressivas: baixando salários, cortando benefícios sociais, utilizando contratos de trabalho a prazo (...) a falta de regulamentação social encorajou o crescimento de economias de baixos salários, mas elevada qualificação.” (Boyer & Drache, 1996:29).

Assim, sobretudo as densidades urbanas lidavam com novos delineamentos e rumos: a pauperização, a vulnerabilidade da população ora incluída no mercado de trabalho ora mão-de-obra excedente e colocada à margem, dava indícios dos novos tempos, período em que as relações de incerteza perante o cenário econômico e político internacional seriam a pedra de toque das relações cotidianas.

Como um movimento naturalizado pela reificação das desigualdades sócio-econômicas resultantes de tais processos o aumento dos cidadãos em situação de extrema vulnerabilidade social, não apenas nas economias emergentes, como o caso brasileiro, mas também nos países do Norte, tornou-se flagrante:

---

<sup>6</sup> Realizado nos E.U.A. o Consenso de Washington previa dez prioridades políticas que deveriam figurar nas agendas dos países aderentes ao plano de uma economia liberalizada. Entre elas: Privatização de empresas estatais; desregulamentação, ou seja, abolição de regulamentos que impedissem a entrada ou restringissem a concorrência, exceto os que se justificavam por razões de segurança, meio ambiente e proteção do consumidor e prudente supervisão de instituições financeiras; abertura ao investimento estrangeiro direto; taxas de juros determinadas pelo mercado e positivas (mas moderadas) em termos reais entre outras. Ver: Banco Mundial (2000/2001, p.94).

Quanto à pobreza e a miséria, na década de 1980 muitos dos países ricos e desenvolvidos se viram (...) acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil mulheres e homens dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinha tido, num ou noutro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça. No Reino Unido (1989), 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como “sem teto” (...). Quem na década de 1950, ou mesmo no início da de 1970, teria esperado isso? (Hobsbawm apud Rosa, 2005, p.31)

Assim, a década de 90 apresentava de forma irremediavelmente contundente as fraturas do sistema econômico e social que se havia optado: o contingente de pessoas que utilizavam as ruas como espaço de vida e subsistência atingia índices assombrosos e cada vez, a sobrevivência foi se tornando um imperativo entre esse contingente, era premente sobreviver na e da rua, como se costumava dizer. E como efetivar essa sobrevivência?

Desde de a década de 50 pelo menos, no Brasil, é conhecido o trabalho de catação, ou o trabalho cotidiano de pessoas que saem às ruas, para, por meio da coleta seletiva dos resíduos sólidos garantir seu próprio sustento, bem como o sustento de sua família.

No entanto, é apenas no ano de 2001, que os catadores se organizam politicamente em grupo dando origem ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que no decorrer de sua história, como veremos a seguir, protagonizará mudanças e criará oportunidades de trabalho no campo da reciclagem dos resíduos sólidos alinhando nos últimos anos os discursos de governação ambiental, protagonismo no cenário de direitos do trabalho e reconhecimento como parceiro prioritário das instâncias municipais e federais na coleta seletiva do material reciclável.

Essas novas institucionalidades, a que nos referimos anteriormente, acabaram dando origem a um campo propício para a formação de novos atores e novas instituições que dentro desse cenário incerto e imprevisível se configuravam como novas respostas às demandas que surgiam: no cenário econômico e político mundial, percebeu-se o impacto da utilização irracional da natureza e algumas medidas começaram por ser implementadas, mas também o mercado de trabalho, que passou e ainda hoje passa por profundas alterações, começou a tomar novos contornos e responder a crise do pleno emprego com iniciativas, muitas vezes, solidárias e criativas.

Novos modos de governação<sup>7</sup> também entraram na pauta das discussões. Nesse contexto, então efervescente, a governação, tanto suas práticas, como o esforço de conceituá-la teóricamente, buscou compreender a “coordenação dos atores individuais e coletivos e dos espaços de organização em que a economia funciona” (Reis, 2005c:4).

Desse modo, o conceito de governação é sobretudo útil aqui, pois como assinalamos no início do texto, a luta do MNCR não é nova e desde sempre esteve marcada pela tentativa de re-significar o estigma de ‘trabalhador do lixo’, o fazendo de várias formas durante sua história mas demonstrando, em primeira instância, a centralidade do trabalho e da renda para os projetos de inclusão social e cidadania, o que está intimamente ligado ao modo como coordenou-se os espaços e engendramentos econômicos que articularam-se e articulam-se com esses atores.

Assim começa a história do que hoje representa um dos movimentos mais complexos e de amplitude na arena política brasileira: o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Movimento que desde o ano de 2001, quando foi estruturado nacionalmente, agrega mais de 300.000 catadores, do universo de aproximadamente 600.000 catadores em todo o território nacional e não só: atualmente o intercâmbio do MNCR ultrapassa os limites territoriais geográficos brasileiros e consolida parcerias com países da América Latina como por exemplo a Federação Ecológica de Cartoneros e Recicladores, na Argentina.

## 1.2 A gênese e a consolidação do MNCR como instituição

Nossa leitura do MNCR como instituição está baseada nas contribuições críticas da escola institucionalista da economia. Assim o arcabouço teórico crítico que o institucionalismo fornece permite compreendermos os arranjos e as organizações desde uma perspectiva coletiva, o que enriquece a forma com que buscamos compreender a

---

<sup>7</sup> Para uma visão aprofundada das discussões teóricas atuais sobre governação ver: Kooiman (2003), esse autor preconiza uma visão mais alargada e holística do conceito de *governance*, buscando contemplar a complexidade, a dinâmica das redes e a diversidade dos atores. Uma visão interessante, no entanto a meu ver, limitada, pode ser encontrada em Calame (Org., 2004). Fruto de uma colaboração internacional e com resultados interessantes, o leitor pode conferir Abramavoy *et al* (2006) que oferece uma leitura de alguns movimentos sociais na América Latina a partir da perspectiva da governação ambiental. No contexto brasileiro especificamente, alguns debates no campo da governação e movimentos sociais consistentes podem ser conferidos em Gohn (2005). Faz-se necessário contudo, ressaltar que a tradução a que se optou no Brasil, do inglês *governance* foi governança, opção essa, diferente da autora desse artigo, que optou pela tradução portuguesa.

articulação e posterior representação no espaço público, protagonizado, aqui especificamente pelos atores do MNCR.

Dessa forma o institucionalismo nos é adequado aqui, pois sua concepção de arranjos sociais, prevê um mundo complexo e agonístico, tal como as relações que discutiremos a seguir: “o mundo do institucionalismo é (...) aquele em que o que mais conta é a vida colectiva, a evolução, a presença de agentes ativos (...) em que há eficiência mas também desperdício, em que os equilíbrios acontecem e são parte de um reino de incerteza, em que o conflito conta tanto quanto a cooperação” (Reis, 2001:124).

No início dos anos 80, na cidade de São Paulo, há muito, que um grupo de religiosas que trabalhava com pessoas que viviam nas ruas do centro da metrópole havia percebido uma população, que mesmo sendo conhecida como “moradores de rua”, buscava sua subsistência nos resíduos que eram descartados pelas casas, pelas indústrias e pelo comércio da região: esses resíduos secos, papelão, latas, alumínio, vidros e plásticos eram geralmente comercializados com intermediários, para posteriormente serem revendidos a indústrias. Assim, o grupo mesmo não sendo um coletivo de pessoas organizadas, trabalhava em diferentes pontos da cidade, efetuando uma coleta seletiva dos resíduos. Seletiva, pois já nesse momento, os “catadores de lixo”, como então eram conhecidos, efetuavam a separação entre o que era possível ser encaminhado para a reciclagem e um possível beneficiamento, dos outros materiais, que pelo contato com os detritos molhados, não poderiam mas ser re-utilizados.

Assim em Julho de 1985, a partir de uma iniciativa da Comunidade dos Sofredores de Rua<sup>8</sup> é criada a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis em São Paulo/Brasil) que tinha como proposta ser um órgão de “defesa e

---

<sup>8</sup> Esse grupo, inicialmente formado por irmãs de uma ordem beneditina, conhecidas como Oblatas, foi institucionalizado como Organização de Auxílio Fraternal (OAF). A OAF foi fundada em 1955 por um grupo de religiosas e de leigos com o objetivo de agir no centro de São Paulo: “voltada para o centro urbano, tinha como missão a busca de soluções para o problema da pobreza nas regiões centrais” (DOMINGUES JR., 2003: 43). Contudo, na década de 80, podemos ver referências à essa organização de leigos, religiosas e da população de rua com o nome de “Comunidade dos Sofredores de Rua”. O nome de “sofredor de rua”, utilizado também nessa época para nomear a população de rua é um termo atualmente em desuso, devido o caráter de vitimização que carrega consigo: o pobre das ruas nesse contexto era aquele que sofria, tal como o Cristo, o descaso social. Vítima do sistema capitalista, era freqüente ler nas entrelinhas dos trabalhos e notícias sobre essa população, uma postura que a concebia como incapaz para uma organização autônoma.

O próprio percurso da OAF, levou-a a refletir sobre tais questões e propor, por meio de uma reflexão com a população de rua, o termo “povo de rua”, que no entanto, ainda faz alusão implícita ao “povo de Deus”, que merece recompensa divina pelo seu sofrimento terreno.

apoio dos interesses dos catadores de papelão e promover sua organização” (Silva, 1988:79). As reivindicações, a partir daqui versarão contra a estigmatização do “profissional catador”, do reconhecimento da profissão, direito à Previdência Social e segurança no trabalho.

Ainda durante, o ano de 1985 num conflito político com a administração municipal da cidade de São Paulo/Brasil (Prefeito Jânio Quadros) os catadores organizados pela Comunidade dos Sofredores de Rua, marcharam pelas principais ruas de São Paulo, exigindo o direito à circulação de carrinhos no centro da cidade. Essa marcha, pode ser considerada um dos pontos altos de organização dos catadores, antes mesmo da concepção de um movimento social.

No entanto, somente quatro anos depois dessa primeira conquista é que em Maio de 1989, em São Paulo será criada a primeira cooperativa de reciclagem do Brasil, a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda. (COOPAMARE) num terreno doado pela administração da prefeita Luiza Erundina<sup>9</sup>.

Contudo, parece que a organização e a perspectiva de geração de renda e autonomia que o trabalho desses profissionais traz consigo, motivam durante toda a década de 1990, a articulação e a ampliação do trabalho cooperativo em diversas cidades do Brasil. Nessa década surge a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Matérias Recicláveis (ASMARE) em Belo Horizonte, Brasil, uma das maiores cooperativas brasileiras e hoje a única a ter uma usina de reciclagem dirigida pelos próprios catadores<sup>10</sup>.

Talvez, seja aqui que possamos compreender o MNCR por meio da leitura das instituições: para os economistas Hall e Soskice (2001) instituições figuram como um conjunto de regras, formais e informais, seguidas pelos atores seja por razões normativas, cognitivas ou materiais. As organizações são consideradas, pelos mesmos autores, como entidades compostas por membros formalmente organizados, cujas regras também contribuem para as instituições de economia.

Desse modo, inseridos num modo de organização econômico e agora formalmente organizados em cooperativas de trabalho e geração de renda, os catadores, por meio do

---

<sup>9</sup> Viaduto Paulo IV – que liga a AV. Sumaré à Av. Henrique Schaumann na Rua João Moura – São Paulo – Brasil.

<sup>10</sup> Cf. <http://www.brasiloste.com.br/noticia/1612/reciclagem-lixo>

1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, Ongs, Poder Público e Setor Privado realizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais em Setembro de 1999, criaram oficialmente o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Nesse encontro, os catadores de materiais recicláveis sugeriram para as entidades que trabalhavam com a população adulta em situação de rua e, organizaram, em parceria com elas um encontro nacional no mês de junho de 2001<sup>11</sup>, que acabou atuando como catalisador e articulador nacional dos catadores de todo o Brasil.

Uma outra versão é que após os 3 dias de encontro, foi criada a Frente Nacional dos Catadores de Papel (MUÑOZ, 2000:10) formada pelos catadores e onde o Fórum Nacional de Estudos sobre População em Situação de Rua começou a articulação do que Muñoz chamará de Projeto Nacional de Mobilização dos Catadores de Papel que, segundo o autor, visava “articular o Movimento Nacional da categoria, favorecer sua organização política, econômica e social, e definir parcerias e políticas públicas.” (idem:11).

Assim em Junho de 2001 tem lugar o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis na cidade de Brasília no Distrito Federal, capital política do Brasil. Durante o congresso é escrita a Carta de Brasília: “Pelo fim dos lixões: reciclagem feita pelos catadores: já!”, um documento, que ainda hoje, possui as principais diretrizes e reivindicações do MNCR. Nesse documento, onde podem ser ressaltados três grande eixos reivindicatórios: propostas de ações do MNCR em relação ao Poder Executivo, à cadeia produtiva da reciclagem<sup>12</sup> e à cidadania dos moradores de rua.

Do Poder Executivo exigiu-se a garantia, por meio de convênios, de que fossem repassados aos catadores recursos e subsídios, que visassem a inclusão social por meio

---

<sup>11</sup> Passados 5 anos do 1º encontro nacional ocorrido em Brasília, os catadores organizados já tiveram vitórias significativas em seu percurso, como o reconhecimento da ocupação de catador e inclusão no CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações), a organização e realização de dois congressos latino-americanos, entre outros e mais recentemente no governo Lula (Brasil), a criação de um comitê interministerial para atenção e qualificação dos catadores filiados ao MNCR como veremos a seguir.

É emblemático, no entanto, observar que os catadores relacionam superação de preconceitos e desafios a organização quando se referem ao 1º encontro nacional dos catadores: “O encontro marcou a superação dos velhos preconceitos em torno do catador que, além do respeito por parte da sociedade, está conquistando força política e social” (Catadores de Vida, publicação do M.N.C.R. e Fórum Nacional de Estudos sobre a População em Situação de Rua – Edição 1/2002).

<sup>12</sup> A cadeia produtiva da reciclagem, compreende o processo desde o descarte, pela indústria, pelo comércio ou pelas casas dos resíduos sólidos, sua posterior coleta, triagem, logística de transporte, venda do material, beneficiamento e reciclagem pela indústria.

do trabalho, mas não apenas: o trabalho tinha que vir ao lado de qualificação para o trabalho, e o MNCR propôs a inclusão de seus militantes no Plano Nacional de Qualificação Profissional do governo federal, adoção de políticas e medidas que possibilitassem o aperfeiçoamento tecnológico, bem como a erradicação dos lixões no país. Quanto à cadeia produtiva da reciclagem a exigência foi no sentido de serem criados dispositivos institucionais que assegurassem que a reciclagem fosse realizada prioritariamente por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

No tocante à cidadania da população que vive nas ruas, um dos principais pontos foi a exigência do reconhecimento da população de rua, por meio de sua inclusão no censo demográfico nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não obstante, é importante assinalar que como resultado do processo histórico do trabalho de catação é apenas na década de 90, que os catadores começaram a articular parcerias e tomar consciência de que seu trabalho, muito mais do que uma motivação econômica estava estreitamente ligado as formas de regulação e governação ambiental. Assim, nomeadamente, no período que cresce em todo o mundo questões sobre a governação ambiental, como veremos no item seguinte, os catadores cada vez mais, estabelecem e consolidam parcerias com setores da sociedade civil que os ajudam a retomar o processo de expansão do movimento desde uma perspectiva da preservação ambiental.

Instituições, como universidades (nessa década podemos ver crescer a produção teórica sobre o trabalho dos catadores e das cooperativas de papel, inseridas dentro da Economia Solidária<sup>13</sup>), Ongs (S.O.S. Mata Atlântica), institutos como o Instituto Polis de Cidadania são verdadeiros aliados que preconizam o papel essencial e fundamental dos catadores, não só para a limpeza pública, como para a preservação da natureza e dos recursos naturais.

---

<sup>13</sup> Conhecido no Brasil como Economia Popular e Solidária (EPS), esse movimento é sobretudo teorizado por Paul Singer (1998; 2001) e tem como pressupostos a autogestão, reciprocidade, igualitarismo, solidariedade e cooperação em empreendimentos que geralmente têm também como propostas de fundo a inclusão social de seus sócios.

No campo dos trabalhos desenvolvidos a partir dos catadores de materiais recicláveis a produção sobre o tema é diversificada e ampla e vai desde áreas como a Administração Pública a estudos na área da Psiquiatria. Alguns estudos que contribuíram para nossas reflexões aqui são: Domingues Junior (2003); Muñoz (2000) e Magera (2005).



Logo após o 1º Congresso, contudo, a periodicidade dos encontros entre os militantes dos diversos estados aumentou sensivelmente e passou a ser anual. As conquistas continuaram e no ano de 2002 foi instituída a portaria 397 e a ocupação de Catador de Material Reciclável começou a figurar no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) sob o número 5192:

Funções relacionadas	Descrição sumária	Condições gerais de exercício	Formação e experiência
Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa).	Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.	O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.	O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros.

Fonte: <http://www.mteco.gov.br/busca/condicoes.asp?codigo=5192>

Percebemos, por meio desse percurso inicial, a contribuição dos catadores na ampliação, não só da concepção de quem é ou está trabalhando nas ruas, baseada na experiência e contingência (Reis, 2001) e nas tensões entre o que é direito e o que é dever, como também a própria articulação que o movimento estabelece com diversos parceiros. Essas parcerias, por sua vez, acabaram forjando novas constituições e por conseguinte, novas formas de regulação de uma profissão, que até então, não era compreendida pelos cânones como trabalho ou ocupação.

O novo congresso de Janeiro de 2003, em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, contudo, traz uma novidade: será o I Congresso dos Catadores organizados do MNCR, Uruguai e Argentina, o que demonstra a força de organização entre os movimentos na América do Sul, no mesmo congresso é escrita a carta conhecida como Carta de Caxias do Sul, a qual, explicita, por meio de uma consciência histórica relatada no texto quem são os catadores na sociedade do descarte:

Essa luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora. É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade (...) reciclando a própria vida (Caxias do Sul, 2003:1).

No entanto, para além de explicitar a identidade social desse coletivo, a Carta continha reivindicações e diretrizes para a colaboração entre governo, cidades e coletivos e assumia como um dos compromissos:

trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização dos trabalhos dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas (idem:1).

Pragmática, a Carta de Caxias do Sul, estabelecia diretrizes e falava a respeito do cotidiano de trabalho e luta da população: o verbo lutar, assim mesmo, no infinitivo, apareceu em nove dos dezoito itens da Carta e preconizou, que mesmo tendo setores da sociedade civil e do governo como aliados em muitos momentos, a forma de organização do movimento se delineava como essencialmente agonística, criando tensão com parceiros e governos, sempre que isso fosse necessário para assegurar os direitos dos catadores.

Uma ajuda institucional do governo federal em Setembro de 2003, foi uma das vitórias públicas do movimento em consequência da regulação da profissão de catador: por meio de um decreto, o presidente da república criou o Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Lixo (com representantes da Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades entre outros). A primeira ação do Comitê Interministerial de apoio aos Catadores em parceria com o BNDES foi a capacitação da Comissão Nacional do MNCR, num total de 700 lideranças. Capacitação que não foi realizada diretamente pelo comitê, mas sim em parceria com a OAF, que em Dezembro de 2004, criou também a Secretaria Nacional do MNCR em São Paulo.

Desde o 1º Encontro Nacional de 2001, o mês de Junho começou a figurar como o mês de articulação do MNCR, e especificamente o dia 07 de Junho, como o dia do catador, assim em 2004, depois das importantes conquistas do movimento, as

comemorações versaram sobre temas diferentes nas diversas regionais do MNCR. A regional São Paulo por exemplo, divulgou uma carta aberta à população, em que podíamos ler:

Queremos ser remunerados pelo nosso trabalho (...) Porque as prefeituras remuneram as empreiteiras com grandes quantias enquanto nós, os catadores, realizamos a coleta, separação dos materiais e encaminhamos corretamente para a reciclagem e não somos pagos pelo nosso trabalho? (São Paulo, 2004:1)

Outra carta aberta à população da regional dos estados do sul do país exigia: “Convênios com Governo Federal, Estadual e Municipal”.

Em 2005, um outro congresso e novamente a ampliação da articulação: de três países sul-americanos em 2004 para o I Congresso Latinoamericano de Catadores, em Janeiro de 2005 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul antecedendo o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, outra cidade do mesmo estado.

O interessante aqui, após dois encontros internacionais, é que embora advindos de realidades diversas – os cartoneros na Argentina estão menos organizados em seu país do que os catadores no Brasil, principalmente no que tange à articulação com o governo federal e mesmo a venda de material reciclável para a indústria (ANGUITA, 2003) – a luta pela visibilização do trabalho de catação em economias emergentes, no caso a América Latina, é uma luta solidária que mesmo quando não contempla reivindicações similares possui ideais convergentes de inserção e inclusão social.

No entanto, não são todos os setores da política e da economia que vêm com bons a conscientização política e a ampliação do número de catadores num movimento organizado, o projeto de Lei 171/2005, por exemplo, submetido à Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo buscou regulamentar e restringir os espaços de circulação dos veículos de tração humana, ou em outras palavras, procurou limitar o trabalho dos catadores com seus carrinhos, como são conhecidos esses veículos. O projeto previa, em seu texto, um horário especial para a circulação dos veículos e além disso uma padronização de todos os veículos mediada pela prefeitura.

Se o trabalho de catação é tão importante como se refere esse coletivo, porque então estabelecer leis que proibissem a livre circulação desses trabalhadores? Os motivos são vários<sup>14</sup> e versam desde o preconceito gerado, pelas carrinhos, que não

---

<sup>14</sup> Muitos autores (FÓRUM LIXO E CIDADANIA, 2000; GONÇALVES, 2003; MAGERA, 2005; BESEN, DEMAJOROVIC e RATHSAM, 2004 entre outros) têm se debruçado sobre as questões complexas que estão

tendo onde transitar concorrem com o espaço dos carros, nas ruas e avenidas, tanto quanto os interesses econômicos, das grandes indústrias e mais recentemente do governo, que vê no “mercado da reciclagem” possibilidades de altos dividendos, criando com isso tensões entre a sociedade civil, o MNCR e as instâncias municipais de governo.

Assim, em 2006, mais uma vez, no campo agonístico da governação, o MNCR se coloca contra o projeto de lei, por meio de uma carta aberta à população “Pelo Direito à Cidade! Pelo Direito ao Trabalho!”, uma marcha com carrinhos no centro da cidade e um pedido de apoio à população para o veto/anulação do projeto de lei. Mais uma vez a vitória é conquistada e a câmara acata por maioria a solicitação de veto.

### 1.3 Novas questões e novas delimitações acerca do ator coletivo: MNCR, catadores e parceiros:

O movimento social, não é apenas uma representação consensual e pacífica reivindicação de direitos, como processual e vinculativo, o movimento social é ele mesmo, internamente forjado, na luta de interesses, nem sempre convergentes que podem configurar-se como avanços mas também retrocessos.

Na última década, o MNCR deu-se conta dessas questões, principalmente por meio das articulações entre as diferentes regiões do Brasil. O movimento que expandiu suas bases e ampliou sua articulação, no entanto, começou a afastar lideranças de bases orgânicas, ou seja, o catador organizado, consciente e inserido no movimento, viu-se sem tempo de exercer o trabalho diário na rua e não só, debateu-se com a questão de falar enquanto catador e não apenas falar pelo catador.

Outro ponto considerado polêmico resultante da articulação do movimento dos catadores é hoje o distanciamento dos catadores não organizados e mesmo da população de rua, como aponta Costa (2005). Esse distanciamento, uma espécie de vivência hierárquica, onde quem é catador pode se definir como diferente de quem está em situação de rua, por ter um emprego (ainda que esse seja muitas vezes precário e sazonal) acaba por criar o que os próprios catadores apontam como uma “crise de identidade”. Num relatório do MNCR por exemplo podemos ver a afirmativa: “o MNCR não

---

implícitas no trabalho da reciclagem, tais questões que versam sobre a inclusão social de tais trabalhadores, também versam sobre os impactos ambientais positivos da catação e dos impactos econômicos desse trabalho. Para Gonçalves (2003), a reciclagem e o trabalho dos catadores está na vanguarda pois, como poucas iniciativas congrega aspectos de inclusão social, aumento da auto-estima dos trabalhadores envolvidos, com consciência ecológica e ganhos financeiros imediatos.

é só reciclagem, ele também é rua, concepção de trabalho e de cidade” (MNCR, 2006b:10).

Nessa mesma direção, as parcerias firmadas entre diversos atores e o MNCR tem também contribuído, de acordo com o movimento, para reforçar essa crise identitária: “muitas vezes não se sabe mais quem é o movimento e quem é o parceiro. Por exemplo: qual o papel do técnico? Muitas vezes os técnicos não sabem sobre o cotidiano dos catadores (que são os verdadeiros técnicos da coleta seletiva e da reciclagem)” (idem).

No item anterior, ao descrever a cronologia do MNCR, não nos ativemos a explicitar em detalhes, as parcerias, conquistas e conseqüentemente a representação identitária do catador de materiais recicláveis, contudo, percebemos que se no primeiro momento a Igreja pode ser identificada como um dos principais parceiros, bem como articulador da mobilização dos catadores por trabalho e renda, o estado, a partir dos anos 2000, começa a ter um papel importante nos dispositivos de regulação e nas relações vinculativas e referenciais estabelecidas pelo MNCR. Já em menor escala Ongs, nomeadamente aquelas conhecidas por sua defesa à ecologia, podem ser reconhecidas como parceiros, que souberam identificar junto às ações dos catadores, consciência ecológica e preservação ambiental.

No entanto, é no campo da coleta seletiva, um programa dentro das diretrizes da Economia Solidária em que a principal diretriz era a integração dos catadores no sistema público de recuperação de materiais recicláveis, que o trabalho da catação se insere não só como geração de trabalho e renda, mas também como um trabalho ligado a preservação dos recursos naturais.

Assim, a gestão dos resíduos sólidos, que é uma das atribuições do estado, passou a ser co-compartilhada com algumas cooperativas de catadores em cidades como Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte.

Essa importante conquista implicou numa implementação de um programa de gestão participativa de governação, que incorporava as decisões dos atores envolvidos na gestão dos resíduos<sup>15</sup>.

À guisa de uma melhor compreensão da re-significação histórica da função social do catador, buscamos sintetizar num quadro analítico<sup>16</sup>, as principais alterações que

---

<sup>15</sup> Rica do ponto de vista dos mecanismos de governação e da complexidade das parcerias implementadas pelos catadores, a Coleta Seletiva em São Paulo é um exemplo que ilustra a governação democrática relacional, levada a cabo pelos catadores. Cf. Grimberg (2005).

acompanharam o trabalho da catação e sua posterior organização num movimento social de reivindicação por direitos:

Década de 1950-70	Década de 1980-90	A partir do ano 2000
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Catador como resultado da lógica de produção, principalmente em sua compreensão desde uma perspectiva econômica;</li> <li>- Motivação econômica;</li> <li>- Sobrevivência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reivindicação da profissão: a imagem do Catador é aliada aos princípios da Ecologia</li> <li>- Profissionais desempregados (cada vez em maior número na década de 80 – considerada a “Década perdida” para os economistas, devido a estagnação no crescimento econômico dos países latino-americanos)</li> <li>- Reação ao sistema formal de trabalho</li> <li>- Autonomia em relação ao mercado formal</li> <li>- Resposta a questões subjetivas ligadas ao rompimento de vínculo com familiares, dependência química entre outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação em nível nacional e internacional (América Latina)</li> <li>- Criação de um Movimento Nacional de Luta por direitos: a figura do Catador é aliada à organização política</li> <li>- Re-significação do “estigma” de “catador de lixo” para “agente prioritário da limpeza pública”</li> <li>- Imagem de parceiro do governo e agente ambiental</li> <li>- Reconhecimento oficial da profissão “catador” no CBO (Código Brasileiro de Ocupações)</li> <li>- Desafio crescente: distanciamento das lideranças da categoria das “bases orgânicas” não organizadas.</li> <li>- Catador organizado x Catador não-organizado</li> <li>- Distanciamento da situação de rua</li> </ul>

Com esse quadro em mente, resta-nos agora, identificar quais os elementos responsáveis pela virada institucional levada à feito pelo MNCR e como essa virada conseguiu alterar a matriz de relações tanto do ponto de vista processual da governação quanto do ponto de vista da regulação ambiental e profissional.

## 2. A virada institucional do MNCR como alternativa<sup>17</sup>: a governação, a regulação<sup>18</sup> ambiental e a regulação profissional

Sob o mote de que “aquele que pratica a reciclagem está na vanguarda, no futuro”(MNCR, 2006b:8) o movimento nacional abre uma reunião de 700 lideranças, no

<sup>16</sup> Este quadro foi elaborado a partir de leituras da produção escrita sobre o tema, relatos em jornais, revistas, materiais divulgados no site do MNCR (<http://www.mncr.org.br>) e entrevistas realizadas pela autora. A leitura dos materiais e a realização de entrevistas estão circunscritas ao período de 2003-2005, sendo que nesse período as entrevistas foram realizadas nas cidades brasileiras de Belo Horizonte e São Paulo.

<sup>17</sup> Compreendemos aqui a implicação teórica e política da utilização do adjetivo para qualificar tais modalidades de iniciativa, no entanto, quando falamos em alternativo, estamos pressupondo que o modelo hegemônico, nesse caso o modo de produção capitalista, traz em seu cerne contradições, que vêm sendo cada vez mais questionadas por alternativas que surgem como uma espécie de contraponto, salientando quais são as características de tais modelos e às quais é necessário se opor.

<sup>18</sup> Compreendemos regulação como dependente “de uma população de grandes organizações que utilizam capital e trabalho segundo princípios que não têm relação direta como o mercado (REIS, 1996:16)

início do ano de 2006, em Brasília, capital brasileira. Contudo, para chegar a essa conscientização, como vimos, os militantes do MNCR precisaram levar a cabo alterações profundas de sua função social.

Como uma instituição, oriunda de uma prática que buscava o equilíbrio (entre o meio ambiente e o desperdício) e proporcionava retorno aos interessados, o MNCR acabou se articulando e se consolidando nos últimos anos, como um movimento social que foi capaz de demonstrar por meio do efetivo enfrentamento de questões resultantes das contingências (preconceito, restrições políticas ao direito de ir e vir, limitações no ambiente de trabalho etc.) a relevância do trabalho cotidiano da catação.

Dessa forma, conseguiu estabelecer, por meio de pressões e articulações políticas parcerias importantes, que resultaram numa re-significação importante de sua função e também conseguiram chamar a atenção da sociedade para o problema do lixo e necessariamente desse, como um conceito a ser revisto. Assim, longe da lógica da sujeira urbana, o trabalho dos catadores exigiu e ainda exige a compreensão do lixo, desde uma outra lógica como aponta Elisabeth Grimberg (2005): “numa outra lógica, os resíduos têm um ciclo de vida a cumprir, o que implica valorizá-los na cadeia produtiva da reutilização e da reciclagem. Geração de trabalho e renda e economia dos recursos naturais são os desdobramentos da lógica do não-desperdício” (p.2).

## 2.1 A governação como processo relacional e a contribuição da abordagem territorial

Apontando para o local como um espaço de sinergias positivas, o MNCR conseguiu forjar, como vimos, processos de gestão participativa, trabalhando conjuntamente com vários setores para compreender a governação, não apenas como o mecanismo que permite aos cidadãos, grupos sociais e ao Estado articularem seus interesses, defender direitos e deveres, resolver problemas e evitar efeitos de desestabilização relacionados com a política e o poder, mas que permitiu inscrevê-la na perspectiva que aponta Azevedo (1997):

A discussão mais recente do conceito de governance ultrapassa o marco operacional para incorporar questões relativas a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico. Incluem-se, aí, não apenas os

mecanismos tradicionais de agregação e articulação (...) como também redes sociais informais (...) hierarquias e associações de diversos tipos (Azevedo, 1997: 28).

Assim, percebemos que dentro dessa perspectiva a governação, é muito mais do que aponta Calame (2004) quando diz que “a governação é a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições, de regras, de procedimentos, de meios de avaliação, de processos, de corpos sociais capazes de gerir as interdependências de maneira pacífica” (p.20).

A governação é antes essencialmente relacional e como tal é referencial e vinculativa e por abarcar tais dimensões é sobretudo agonística, pois traz em seu bojo, interesses não só divergentes, mas muitas vezes conflitantes e opostos, numa constante luta, em que está em jogo a sobrevivência e a visibilização dos próprios atores. O que o modo de governação engendrado pelo MNCR nos apresenta é que as relações e as interdependências, não ocorrem de maneira pacífica e em uníssono, nem dentro do movimento, nem tampouco em sua articulação com outros atores sociais, como o estado, os técnicos e as Ongs.

As relações, portanto, que estão no cerne de nossa concepção de governação, são antes de tudo uma luta atualizada e reatualizada cotidianamente pelos conflitos e tensões, seja na arena pública, quando se luta pelo legítimo direito de circulação na cidade, seja nos espaços de reflexão que delineiam as questões identitárias do movimento. Gostaríamos de salientar, antes de prosseguirmos, que o conceito relação aqui é entendido como a operação que determina a agregação ou a conexão de dois ou mais atores, o que não exige necessariamente como contrapartida reciprocidade ou uma posição intermediária.

Numa rápida incursão pela evolução do conceito de governação – o que nos ajudará a refletir oportunamente, como coletivos organizados como o MNCR conseguem demonstrar em seu dia-a-dia que as questões e as instâncias de coordenação, não exigem apenas uma regulação mercantil, mas que as questões territoriais (como a própria exclusão social) e as questões ambientais são aspectos importantes e relevantes e têm sobretudo uma alta densidade relacional caracterizada pelo convívio cotidiano, na vivência identitária, como grupo e como pertença – veremos como a perspectiva relacional pode nos ajudar de forma pragmática na compreensão de novas institucionalidades.



Desse modo, governação aqui segue em consonância com a visão institucionalista, que preconiza, que para além dos mercados é necessário que nos ocupemos das instituições (Reis, 2005c) e por consequência de seus atores e as alianças que esses estabelecem.

Portanto, ao analisarmos a governação empreendendo um caminho compreensivo veremos que as novas instituições e instâncias criadas por meio da pressão exercida pelo coletivo de catadores resultou não só numa atenção crescente do estado aos problemas ambientais mas também exerceu um sistema vinculativo e referencial desse grupo com o estado na forma de ministérios, secretarias, agências controladoras, conselhos e comissões.

Mas quem é esse estado de que falamos ao citar os vínculos consolidados com o MNCR? Num caráter didático, o estado é uma determinada autoridade constituída e o governo é aquele que indica direção política e controle exercido pelo estado sobre seus cidadãos, portanto, como marco inicial, compreender governação passa necessariamente por compreendermos o que é o governo.

Contudo, o que percebemos atualmente, é que a governação, passa a ser compreendida não apenas como atribuição do governo, seu caráter relacional, pressupõe participação e ativismo dos cidadãos na arena pública e embates que se aproximam à forma como a UNESCO (2005) define governação:

é um processo contínuo e complexo por meio do qual redes auto-organizadas, mecanismos e organizações concebem e defendem bens públicos locais, nacionais e globais. Essas redes, mecanismos e organizações podem ser formais e informais e criam regimes legítimos de cidadania entre e dentro de atores estatais e não-estatais. A governação permite aos cidadãos, grupos sociais e ao Estado articularem seus interesses, defender direitos e deveres, resolver problemas e evitar efeitos de desestabilização relacionados com a política e o poder. O Estado e as autoridades públicas têm papel central nesse processo complexo, sobretudo quanto à definição de regras básicas de funcionamento do espaço público.

Essa idéia de governação desenvolvida nos materiais de trabalho da UNESCO, é consonante com as idéias desenvolvidas por Kooiman (2003), para quem as sociedades são sistemas autopoieticos, ou seja, elas não possuem distinção entre ambiente interno e externo e a mudança, por exemplo, a mudança institucional empreendida pelo MNCR, é originada na sua própria atuação. Assim, para Kooiman (2003) os conteúdos de dinamismo, complexidade e diversidade e as interações entre atores públicos e grupos de

interesses privados condicionam sua posição como governo, bem como influenciam os sujeitos desse processo. Intercambiável e comunicativa a governação acaba por difundir e criar informação própria ao mesmo tempo em que forja novas institucionalidades ao se constituir em redes relacionais.

No entanto, aqui nos deparamos com uma questão delicada: se as interações estão no bojo do que costumamos chamar de governação essa seria definida apenas como um processo interacionista<sup>19</sup>? Acreditamos que a resposta seja não.

A articulação dos coletivos envolvidos em processos marcado por co-estratégias: a co-gestão, a co-regulação, assim como as parcerias público-privado (Kooiman, 2003) não são necessariamente processos que contam com a ação mútua ou reciprocidade. Percebemos no campo da governação que embora exista um jogo de forças relevantes e tensões encadeadas na esteira do cotidiano concreto da governação, a formulação e a implementação de políticas públicas é muitas vezes resultados de tensões e intensas disputas.

A existência e o trabalho dos catadores existia concretamente para além de seu caráter de reconhecimento social, ou seja, aqui o MNCR existia objetivamente antes de ser encarado como parceiro, ou em outras palavras, o trabalho do catador já existia e delineava conquistas e uma cidadania ativa antes dos processos de regulação da profissão e mesmo das parcerias em prol da preservação ambiental.

Como bem salientou Reis (2005c) “o problema central da governação é, por isso, o da coordenação de diversas ordens relacionais” (p.9), o que corrobora para o argumento inicial de que a relação aqui estabelecida entre os atores não carece ser essencialmente simétrica, ou em outras palavras, não exige a reciprocidade da interação. Ela pode ser assimétrica, onde dois elementos, ou dois atores de um coletivo podem ter ou não com o segundo, a mesma relação que o segundo tem com o primeiro.

---

<sup>19</sup> A idéia do interacionismo surge no EUA e tem como um dos seus principais expoentes e pensadores, George Mead (Ferreira, 1999). O novo paradigma trilhado por essa escola, possibilitou-nos ampliar nossa visão a respeito dos engendramentos dos processos sociais e fundou um novo paradigma nas ciências sociais, assim o interacionismo pode ser caracterizado como um processo lingüisticamente mediado pelo social, no qual o Eu é construído por meio de interações mediadas simbolicamente. Dessa forma, a ação é o resultado do diálogo entre estes dois aspectos do self: o Eu e o Me. Sendo que o Eu, só é objetivado pelo Me, exigindo reciprocidade e reconhecimento mútuo. Portanto, para a escola interacionista a sociedade só surge e se mantém pela possibilidade de internalização social dos selfs individuais e o indivíduo só constitui sua personalidade a partir da adoção de papéis de outros indivíduos. “Graças ao reconhecimento dos outros e ao reconhecimento de si mesmo nos outros, o indivíduo pode realizar-se a si mesmo enquanto ‘self’ e enquanto cidadão” (Ferreira, 1999: 89).

Não obstante, como relacional, a governação é referencial e vinculativa pois pressupõe um embate de interesses políticos onde os atores agem interligados referencialmente e portanto, aqui governação estaria muito mais próxima da articulação, compreendida “como o processo de agregação mutável de elementos heterogêneos, dando origem a novas configurações ou redefinindo, reconstruindo ou consolidando configurações existentes (...) a articulação resulta de um trabalho realizado por atores sociais (...) A sua análise requer a identificação dos recursos envolvidos ou mobilizados, dos que participam no processo e das relações que mantêm entre si” (NUNES, 1995:10) do que da idéia herdada do interacionismo.

Portanto as mudanças sociais empreendidas por tais movimentos se inscrevem muito mais numa concepção de governação agonística, que por ser complexa, acaba sendo relacional, formada por redes e conexões, mas que nem por isso é resultado de ação mútua, mas sim de articulações que muitas vezes são caracterizadas por sua precariedade e não linearidade.

Assim a abordagem territorial surge aqui como um instrumento importante para a compreensão do modo específico de governação relacional impetrado pelo MNCR, pois se o território pode ser entendido como um conjunto de laços estabelecidos num determinado espaço (José Reis, 2005), não se trata apenas de discutirmos a dimensão subjetiva em processos localizados de desenvolvimento, mas de um ponto de vista epistêmico conhecer as articulações de um dos seus atores básicos: os movimentos sociais.

Dessa forma compreender que “as mudanças institucionais promovidas pelos movimentos sociais contribuem para o desenvolvimento territorial” (Abramavoy et al, 2006:2) é sem dúvida, compreender a abordagem territorialista (Reis, 2005b) como espaço de avanços conceituais para compreendermos a governação desde uma perspectiva das relações e das articulações onde a mobilidade e plasticidade das lutas e vínculos e a existência concreta de problemas sociais, estão para além da concepção de governação como um mecanismo interacionista, concepção essa que oculta, tanto o caráter conflitivo e agonístico das lutas por cidadania, como pressupõe ação mútua e linearidade em espaços regidos pela assimetria, perplexidade, hibridismo e fluidez.

## 2.2 A regulação ambiental no cenário atual

Como percebemos no primeiro item do presente artigo, a articulação social e a visibilização das ações do MNCR além de demonstrar a centralidade do trabalho para os projetos que lutam em prol da cidadania e da inclusão social também acabou por engendrar uma racionalidade assente em novas formas de produção, ou em outra análise numa forma de valorização, por meio do trabalho de beneficiamento e reciclagem, o que muitos consideravam como lixo. Num contexto idêntico, as conquistas do MNCR foram também construídas acerca de um projeto de trabalho solidário que tinha como pressupostos o cooperativismo e os projetos auto-geridos.

Para Leff, a iniciativa do MNCR poderia ser compreendida como a construção de uma nova forma de racionalidade, ou seja, uma “racionalidade produtiva alternativa ao modelo atual” (p.78).

Com essa organização social o MNCR buscou inscrever nas relações sociais brasileiras, não só a luta por um lugar, como também busca um lugar que possa conciliar trabalho e cidadania com preservação e respeito ambiental.

Essa busca do MNCR portanto vai de encontro às observações que Leff faz ao afirmar como o nosso estágio atual de produção não atende da mesma forma a todos, sendo assim o mesmo progresso que “desenvolve” cria e perpetua a exclusão social. A contrapartida a esse processo portanto seria incluir e promover um planejamento de políticas que ocorra de forma sistêmica, ou seja

o planejamento de políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, baseado no manejo integrado dos recursos naturais (...) obriga a pensar nas relações de interdependência e multicausalidade entre os processos sociais e ecológicos que condicionam o potencial produtivo dos recursos de uma formação social, seus níveis de produtividade e as condições de preservação e regeneração dos recursos naturais. (Leff, 2001, p.78)

Sendo assim, tal iniciativa por pensar nas interdependências entre crescimento urbano, forjado na sustentabilidade, e as estratégias dos atores envolvidos (preservação, produção, manejo e conservação) coloca no espaço do debate público a regulação das questões ambientais.

Essa regulação, baseada ela mesma em disposições muitas vezes supranacionais<sup>20</sup> demonstram que propostas e reivindicações do MNCR como, por exemplo, um sistema de pagamento pela prestação de serviços ambientais (como preservar as florestas naturais) pode funcionar poupando o meio ambiente e estimulando a economia ao mesmo tempo.

Outra proposta do MNCR, como compensar os países de economias emergentes que prestam esses serviços ambientais seria uma forma de aumentar substancialmente a ajuda — e ao mesmo tempo dar a esses países adequados incentivos de mercado, está em consonância com a afirmação de Alan Irwin (1995) quando diz que não haverá “sustentabilidade sem uma maior possibilidade de os cidadãos controlarem sua própria vida, saúde, ambiente” (p.24), num cenário onde o crescimento possa caminhar ao lado da preservação dos recursos naturais, temos que ter em conta que não podemos pensar o ser humano como se nada tivesse a ver com a natureza (disjunção), nem como se fosse determinado por ela (redução).

O trabalho dos catadores e as questões relacionadas a regulação ambiental mostram como assinala Lipietz (2001) que novas formas de regulação, como por exemplo o mercado da reciclagem de resíduos, mediado por suas complexas dimensões sociais, econômicas e ambientais, dão notícias de “novas formas de regulação que deverão permitir uma nova fase de crescimento prolongado compatível com os condicionalismos ambientais” (p.193).

Assim o trabalho dos catadores, ao consolidar-se nas atuais discussões em torno do meio ambiente contribui para as formas de regulação, por meio de instrumentos e reivindicações de ações: sugestão de criação de mecanismos de impostos, concessões e investimento do governo em ações de preservação ambiental. Apontando para novas

---

<sup>20</sup> Em 1987 é criado o Global Change: Conselho Internacional para estudar as inter-relações da geosfera-biosfera, como parte do Conselho Internacional de Uniões Científicas da ONU, sob direção da Dra. Brundtland. Tal comissão tinha como função a elaboração de uma “agenda global para a mudança”, ou seja, os passos necessários para que um desenvolvimento econômico fosse empreendido em compasso com a preservação dos recursos naturais. No ano de 1987 ainda, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresenta um documento chamado *Our Common Future*, mais conhecido por relatório Brundtland. O relatório diz que Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades.

institucionalidades e outras perspectivas no que diz respeito à destinação final de resíduos e a conseqüente economização dos recursos ambientais.

### 2.3 A regulação profissional forjada pelo MNCR

No relatório “Uma leitura das Nações Unidas sobre os desafios e potenciais do Brasil” publicado em Agosto de 2005 e disponível no site<sup>21</sup>, o Brasil é descrito como detentor da 5ª população do mundo, o 14º PIB, mas ocupa o 63º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Aqui é interessante salientar que mesmo na divisão do relatório e nos potenciais a serem explorados para que o país reverta essa posição no ranking, mesmo quando fala do desafio dos resíduos sólidos e do desenvolvimento e preservação da diversidade brasileira é solene o modo, como os catadores de materiais recicláveis, reconhecidos profissionalmente desde 2003 são desconsiderados.

Seu trabalho, importante em vários vértices, não só têm impacto direto na coleta seletiva diária do lixo nos grandes centros urbanos e o conseqüente desvio cotidiano dos aterros sanitários, o que prolonga a vida útil dos mesmos, mas também acaba por originar um ciclo que poupa os recursos ambientais, prolongando na reutilização dos materiais recicláveis sua vida útil. Assim o catador, não é apenas aquele trabalhador que tem na catação sua sobrevivência, mas sim um agente ambiental consciente e ativo, que rompendo com o ciclo do desperdício, característico da industrialização cada vez maior, imprime uma nova lógica e um novo modo de pensar a relação com as diversas instâncias de governação, incluindo-se o próprio mercado, pois exige desse o comprometimento e a responsabilidade de reutilização dos resíduos que ele mesmo gerou.

No entanto, o aspecto mais emblemático da ausência do profissional da catação no relatório é a importância que seu trabalho já exerce, em parcerias institucionais com prefeituras de grandes cidades brasileiras como é caso de São Paulo, Porto Alegre, Goiás, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e tantas outras. O catador, considerado agente prioritário da limpeza urbana acaba também por influenciar diretamente o montante do erário que será dispensado aos pagamentos da limpeza pública: seu trabalho, acaba por

---

<sup>21</sup> [www.onu-brasil.or.br/doc/CCABrasil2005\\_por.pdf](http://www.onu-brasil.or.br/doc/CCABrasil2005_por.pdf)

render dividendos aos cofres públicos na medida que, por meio da catação, toneladas de resíduos não chegam sequer a serem recolhidos por empresas de limpeza urbana.

No entanto, o relatório, ao não levar em conta o trabalho de tais profissionais e silenciar sua atuação, toca diretamente numa das grandes lutas do MNCR, que é hoje, a luta contra a invisibilização: “catadores trabalham como se fossem invisíveis, sem valorização, e isso é possível porque o mercado é oligopsônico” (Gonçalves, 2003: 68). Ou seja, o mercado da reciclagem, não possui ainda regulamentações sérias e dispositivos legais que assegurem a catação, realmente como um trabalho.

A conquista de inclusão de ocupação no CBO ainda não consegue, por meio da nomeação e formalização da profissão exercer com a mesma intensidade que a regulação ambiental, formas que assegurem o reconhecimento e a participação social desses trabalhadores.

No entanto, a questão da regulação profissional ainda diz respeito para além da atividade à identidade em formação vivenciada pelos catadores, por exemplo, no jornal “De catador para catador”, nº5, o editorial expressa que as matérias presentes dizem respeito a uma continuidade na formação dos participantes do Movimento, assim uma das matérias, intitulada “Mercado de Trabalho e Catadores de Materiais Recicláveis”, define mercado<sup>22</sup> de trabalho como o expresso na relação entre oferta de trabalho e procura de trabalhadores, o desemprego é salientado e algumas reflexões são relativas a inserção dos excluídos num contexto em que as relações sociais e qualificações também são alteradas pelas ‘tecnologias’.

É interessante, no entanto notar que a matéria busca, depois de apresentar um quadro pouco otimista das relações de trabalho, reforçar a importância social do trabalho do catador, bem como a potencialidade desses profissionais e suas possibilidades de

---

<sup>22</sup> Em nossa análise o mercado é entendido como um mecanismo de coordenação, ou nas palavras de Boyer & Drache uma organização “onde as forças de procura e oferta numa economia determinam os preços, os resultados e os métodos de produção através do ajuste automático dos movimentos dos preços.” (idem, 1996:15). Assim, percebemos que o termo mercado de trabalho utilizado pelo MNCR, e com forte ressonância na teoria marxista, acaba por estar assente numa lógica econômica, que mesmo parecendo não ser percebida pelo próprio movimento permeia a pauta recorrente de suas questões explicitadas nessa e em outras publicações: ajuda mútua e ação direta contra o capitalismo. A questão de uma re-significação do trabalho do catador, que ainda procura uma identidade entre os ‘ganhos’ e a ‘solidariedade’ para além da dimensão econômica, e sua conseqüente inserção e reivindicação pelo controle da cadeia produtiva da reciclagem ainda é incipiente e está sendo revista, nomeadamente após as parcerias com setores da sociedade civil preocupados com o meio-ambiente e que colaboram problematizando o caráter ambiental do trabalho da reciclagem.

responderem criativamente à questões de crise e instabilidade, assinalando que em resumo o trabalho do catador se situa no contraponto à idéia de acumulação capitalista.

Percebemos, desse modo, que esse ainda é um ponto frágil, tanto na concepção das bases do movimento, quanto para as próprias lideranças: por meio da regulação ambiental e da regulação profissional os catadores, não rompem completamente com a inserção numa lógica produtivista, ou de acúmulo capitalista. Apesar de terem eleito “o capital” como um de seus antagonistas na arena pública, atualmente as reivindicações e negociações do MNCR, giram em torno de discussões, como quantidade e qualidade dos resíduos, lucros líquidos das cooperativas e um maior ganho mensal dos sócios, o que poderia apontar, não somente como uma contradição (capital x trabalho), mas também para a necessidade de uma reflexão entre os pressupostos políticos do movimento e sua atuação na economia da vida cotidiana.

Portanto, percebemos, que também como uma conquista recente o trabalho dos catadores presentes no MNCR possui muitas nuances e desacordos. Assim, perguntas como: a profissão de catador se tornará em breve uma profissão como qualquer outra, sem levar em conta o caráter de inclusão social? Será que o trabalho organizado de catação está se tornando um trabalho que exclui outros trabalhadores não-organizados? O trabalho dos catadores realmente se insere, como eles querem, em outras formas de se imaginar a organização social? A participação e a vinculação ao MNCR permitem a ampliação da consciência política de seus membros? Como é possível criar dispositivos que atuem nas oligopsonias do mercado? A regulação da profissão de catador deve se ater a sua formalização enquanto ocupação? Leva-nos a questionar, não só o caráter de regulação da profissão levado a efeito pelos catadores organizados como em que medida, tal regulação contempla as reais necessidades de quem vive nas ruas e do desperdício do outro.

### 3 Considerações

Nosso texto buscou apresentar o MNCR por meio de uma leitura das instituições, que privilegiasse aspectos como a incerteza, a contingência e a dimensão relacional dos fenômenos sociais, nomeadamente daqueles que têm impacto na governação e na implementação de políticas públicas.



Nesse sentido discutimos também a questão da governação desde uma perspectiva relacional, salientando, que a característica dos processos de regulação emergentes é sua capacidade relacional e não apenas interacional. Para isso, vimos que mesmo amplo e interessante, o conceito de interações, ainda deixa a desejar quando discutimos articulações precárias e estudos de casos reais, assim, mesmo quando há interesses mútuos e reconhecimento das ações do MNCR por instâncias governamentais, os acordos e regulações decorrentes daí acontecem de formas conflitivas e agonísticas. Muitas vezes interesses antagônicos estão em jogo, como no caso do mercado lucrativo da reciclagem e os avanços e retrocessos de projetos como a coleta seletiva.

Esse ponto ilustra, o quanto de referencial e vinculativo existe no processo de governação, contudo, não exige em decorrência que essa vinculação seja um processo mútuo. Conexões com determinados parceiros ou mesmo com o poder público, que hoje existem podem não mais existir num curto espaço de tempo. Assim, quando o MNCR questiona qual o papel dos técnicos no movimento, explicita que a governação é muito mais uma articulação em redes, do que a interação de atores.

Após discutirmos o termo governação e nos determos em aspectos específicos da regulação ambiental e da regulação profissional levados à efeito pelo MNCR, percebemos que no incentivo a inovações na estrutura de oportunidades de participação política e nas formas de organização dos mercados, o MNCR ainda enfrenta um conflito entre o que estipulou ser “um movimento de luta pela inclusão contra o capital” e a articulação com a economia da vida cotidiana: ao mesmo tempo que representa um segmento social inconformado com a ordem social vigente, começa a direcionar sua luta para se inserir nessa mesma ordem.

Dentro desse contexto, buscamos problematizar em momentos diferentes se o MNCR será capaz de manter sua identidade, de fortalecer os laços que os compõem, de ampliar sua representatividade e ao mesmo tempo construir mercados promissores para a valorização desse trabalho. Para isso seria necessário também que o movimento pudesse ter uma atitude reflexiva em relação à sua constituição e a heterogeneidade dos catadores nas bases orgânicas, que hoje compõem o movimento.

Contudo, ainda ficaria a questão de que seria possível compatibilizar uma atitude crítica às injustiças sociais ao mesmo tempo que se abre caminho rumo aos mercados dinâmicos que o mesmo movimento critica.

Se por ora, não temos tais respostas, contudo o que o MNCR nos apresentou é que a organização social, a luta por um mundo mais justo e equitativo não é apenas um sonho, num horizonte longínquo de possibilidades mas é uma conquista cotidiana que passa necessariamente pelo mundo do trabalho e pelo respeito a capacidade que a natureza tem de absorver os impactos de sua apropriação desmesurada.

#### 4 Epílogo

Compreender uma temática ou determinadas ações sempre nos colocam alguns desafios, que são “multiplamente” interessantes, emergentes e importantes. Contudo é o recorte, a leitura que se dá, que nos leva a compreender com maior acuracidade, especificidades nem sempre contempladas numa visão macro. Dessa forma, o recorte tem o mérito de tangenciar a pluralidade do fenômeno, não negligenciando-o, mas sim abrindo possibilidades para que outros venham e se debrucem sobre sua multiplicidade constituinte e dinâmica.

Assim não podemos deixar de assinalar, que dentre os assuntos abordados aqui, uma agenda de estudos futuros poderia versar sobre a relevância da economia da vida cotidiana vislumbrada na intersecção entre os níveis micro e macro. Tal estudo, tendo como caso de pesquisa os catadores de materiais recicláveis, pode nos ajudar com análises mais apuradas a respeito de fenômenos que muitas vezes, não chegam a ser vislumbrados numa teoria geral macroeconômica. A idéia de que é necessário trabalharmos com o fator inesperado, a incerteza e a contingência (Reis, 2001) acaba sendo um pressuposto fundante quando nos baseamos no estudo de casos reais, complexos e multifacetados como o movimento dos catadores. Deste ponto de vista uma economia preocupada com novas emergências e a articulação de novos atores na arena pública precisa não só analisar fenômenos e compreender seus delineamentos, mas compreender como estão estruturados os processos que fazem emergir tais atores como sujeitos e sobretudo, como se delineiam as trajetórias individuais que animam e dão vida aos laços, pertencas e movimentos sociais.

Acreditamos pois, que tal compreensão nos apresentaria, para além de uma economia revista e ampliada em suas bases epistemológicas, uma economia que vê nas novas configurações de trocas e estruturações de lutas por dignidade, novos territórios de

exploração implicados no campo vivencial e relacional dos sujeitos que engendram cognitiva e psico-afetivamente transformações.

Por que como vimos, na análise que antecede essas considerações, é na vida cotidiana que se travam os laços de afeto, que dispomos do hábito e que fazemos escolhas. É, pois, nessa vida “vívda” e imersa no cotidiano que identificamo-nos com esse ou aquele movimento ou com essa ou aquela bandeira de luta de acordo com nossas trajetórias plurais e individuais concomitantemente.

Por outro lado, outra agenda de pesquisa parece ser sobre o estado e seu papel ambivalente junto aos movimentos sociais: se por um lado, alguns autores afirmam sua retração, como mencionamos anteriormente, o estudo do MNCR demonstrou que a afirmativa de Boyer e Drache (1996) “para os movimentos sociais, o Estado-nação continua a ser o instrumento escolhido para a organização da sociedade” (p.35), ainda continua atual.

Outro ponto que nos chamou a atenção principalmente ao discutirmos a governação desde uma perspectiva relacional, foi que carecemos de abordagens que cada vez mais questionem e se posicionem criticamente sobre a inserção do sujeito nos estudos institucionalistas.

Instituições não são organizações criadas e levadas a efeito no espaço e no tempo sem contato com a realidade que as circunda: antes são dispositivos criados e produzidos por sujeitos que as legitimam a partir do momento que lhes dão vida, flexibilidade e dinamicidade. São esses sujeitos, relegados na maioria dos estudos macros, que também merecem uma atenção mais acurada: são eles que ao engendrar relações que desembocam em instituições estão realmente contribuindo para mudanças sociais e aqui é necessário um ponto de atenção: o envolvimento de tais sujeitos, suas redes e laços sociais e afetivos (inclusive laços territoriais), suas “realidades” e “articulações” são campos de estudos futuros que além de promissores são imprescindíveis para a compreensão das mudanças que iniciam e colocam em marcha.

Contudo, para que essa compreensão consiga ser efetivamente abrangente e atinja seu objetivo maior de utilidade para os próprios movimentos é necessário que consigamos aprofundar nossas análises holísticas, respeitando especificidades; é necessário que consigamos articular o saber construído desses sujeitos coletivos com os

saberes que a reflexão teórica proporciona afim de estabelecer um real intercâmbio de experiências e não apenas reflexões vazias e distantes.

Para tal, acreditamos desde já que seja importante, olhar para instituições emergentes como o MNCR como ambientes potencialmente transformadores, não só das relações sociais que engendram, do território em que estão situadas, das redes que são construídas, mas também dos sujeitos que nela estão inseridas, é justamente essa transformação social profunda impetrada pelos próprios protagonistas que animam e dão vida às todas as mudanças sociais amplas que discutimos durante o desenvolver do presente artigo, que percebemos a necessidade, em futuros trabalhos, de uma abordagem que priorize e dê vida a diversidade de saberes e a compreensão profunda dos fenômenos sociais e das instituições que erigem. Como eminentemente relacional, essa abordagem, precisa ser empreendida a partir de um olhar dialógico, crítico e questionador que compreenda as instituições a partir do olhar multifacetado das construções, desconstruções e reconstruções humanas num constante dialogismo, ora portadoras de respostas inovadoras e autênticas, ora reprodutoras do status quo. Para além de um olhar reificante, como a resposta marxista de “contradições”<sup>23</sup> inerentes, o que pretendemos é assinalar que tais instituições existem e são criadas por sujeitos e sendo assim, são fundamentalmente dinâmicas e plurais, passíveis tanto de contradições como de conflitos. O seu tempo, é o tempo presente, o seu espaço é o território e suas relações são forjadas também por mediações originárias e reforçadas por vínculos, afetos e modos de pertença.

---

<sup>23</sup> Em O Capital, Marx amadurecerá a idéia de contradição. Para ele, uma mercadoria por exemplo, carrega em si uma contradição essencial: ser valor e ter valor de uso. As duas coisas, assinala o autor, são diferentes na medida que revelam e escondem características diversas: o valor de uso, apreendido pelos sentidos e mensurável empiricamente é diferente do valor, que para ele só pode ser compreendido por meio de uma abstração, sendo portanto impalpável aos sentidos (Marx, 1980:55). Esses valores conflitantes essencialmente, são discutidos, e a mercadoria é redefinida posteriormente no mesmo livro. No entanto, aqui nos é interessante saber que Marx utilizará o mesmo método dialético para explicar os fundamentos do sistema capitalista, assim, esse valor que já carrega em si tal contradição, torna-se valor em progressão fundando o que o autor verá como um movimento regressivo-progressivo: o que o capital é para nós, não coincide com o que ele realmente é.

## REFERÊNCIAS

ABRAMAVOY, Ricardo et al. *Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial*. Disponível em: [www.econ.fea.usp.br/abramovay](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay) Acesso em Março 2006.

ANGUITA, Eduardo. *Cartonero: recuperadores de desechos y causas perdidas*. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2003.

Banco Mundial. Prioridades ambientais para o desenvolvimento. Desenvolvimento e meio ambiente. Relatório sobre desenvolvimento mundial, 1992.

\_\_\_\_\_. Luta contra a pobreza. Panorama geral. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. p.61-103.

BESEN, Gina Rizpah; DEMAJOROVIC, Jacques e RATHSAM, Alexandre Arico. Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado. *ANPPAS*, Campinas, 2004.

BOYER, Robert & DRACHE, Daniel. Introdução. In: BOYER, Robert & DRACHE, Daniel (Orgs.) *Estados contra Mercados: os limites da globalização*. Instituto Piaget, Lisboa, 1996.

BOYER, Robert. Estado e Mercado. Um novo envolvimento no século XXI? In: BOYER, Robert & DRACHE, Daniel (Orgs.) *Estados contra Mercados: os limites da globalização*. Instituto Piaget, Lisboa, 1996.

COSTA, Daniel De Lucca Reis. Catadores no Centro do Palco - Drama e Política no Centro de São Paulo. Apresentação proferida na RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul) Oficina "Classificadores de residuos y dinâmicas urbanas complejas; algunos cortes transversales", 2005.

DOMINGUES JUNIOR, Paulo Lourenço. *Cooperativa e a Construção da Cidadania da População de Rua*, São Paulo, Edições Loyola, 2003.

FERNÁNDEZ, Ramón Garcia e PESSALI, Huáscar Fialho. Oliver Williamson e a construção retórica da Economia dos Custos de Transação. In: GALA, P. & REGO, J. *A História do Pensamento Económico como Teoria e Retórica*, São Paulo, Editora 34, 2003.

FERREIRA, Rodrigo Mendes. O Modelo do Eu Produzido Socialmente em G.H. Mead. *Psique Revista de Psicologia de Ciências Humanas e Letras*, Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte, Ano 9, nº 15, Novembro de 1999.

Fórum Lixo e Cidadania. Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. São Paulo, Agosto 2000 (Brochura).

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONG's e Redes Solidárias*. São Paulo, Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo, Cortez, 2003, 2ª Ed.

GONÇALVES, Pólita. *A Reciclagem dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos*. Rio de Janeiro, DP&A e FASE, 2003.

HODGSON, Geoffrey. *Economia e Instituições: Manifesto para uma Economia Institucionalista Moderna*. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 53-145.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/lixo\\_coletado/defaultlixo.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/lixo_coletado/defaultlixo.shtm) Acesso em Abril 2006.

IRWIN, Alan, *Citizen Science: A Study of People, Expertise, and Sustainable Development*. London, Routledge, 1995.

KOOIMAN, Jan, *Governing as Governance*. London, Sage, 2003.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº2, vol.1, Outubro/1986.

LEFF, Enrique. *Globalización, Racionalidad Ambiental y Desarrollo Sustentable*. Disponível em: <http://www.union.org.mx/guia/poblacionyambiente/globalizacion.htm> Acesso em Abril 2006.

\_\_\_\_\_. La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. Ponencia presentada en la *II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales: grupo trabajo de Economía Internacional*. Guadalajara, Mexico, Noviembre/2001.

LIPIETZ, Alain. Promover a sustentabilidade ecológica mundial: a caminho de uma “Nova Grande Transformação”. In: *OECD. O futuro da economia global: rumo a uma expansão duradoura?* OCDE, 1999. Lisboa, 2001.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Economia e meio ambiente: revendo desafios. Disponível em: <http://www.niead.ufrj.br/artigomcecilia.htm> Acesso em Maio 2006.

MAGERA, Márcio. *Os Empresários do Lixo. Um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de Reciclagem de Lixo*. Campinas, Editora Átomo, 2ª Edição, 2005.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

MUÑOZ, Jorge Vicente (Org.). *O catador de papel e o mundo do trabalho*. Cadernos de Educação Popular, nº 25. Rio de Janeiro, Editora Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2000.

NUNES, João Arriscado. Repertórios, Configurações e Fronteiras: sobre Cultura, Identidade e Globalização. *Oficina do CES* (Centro de Estudos Sociais), nº43, Janeiro, 1995.

PETRELLA, Riccardo. Globalização e Internacionalização. A dinâmica da emergente ordem mundial. In: BOYER, Robert & DRACHE, Daniel (Orgs.) *Estados contra Mercados: os limites da globalização*. Instituto Piaget, Lisboa, 1996.

REIS, José. *O Estado e a economia: novas e velhas questões*. Sociologia – Problemas e Práticas, nº 21, 1996, p.9-27.

\_\_\_\_\_. A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geo-económicos e o 'simples' funcionamento dos sistemas complexos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001, p.109-134.

\_\_\_\_\_. *Globalização e Inovação: Uma discussão sobre as densidades urbanas*. Coimbra, 2005a, Oficina 227.

\_\_\_\_\_. *Uma epistemologia do território*. Oficina do CES, Coimbra, 2005b, Oficina 226.

\_\_\_\_\_. *A Economia impura*. Coimbra, 2005c (no prelo).

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

STIGLITZ, Joseph. *Globalização: A grande desilusão*. Terramar, Lisboa, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Development Policies in a World of Globalization*, Paper presented at the seminar "New International Trends for Economic Development" on the occasion of the fiftieth anniversary of the Brazilian Economic and Social Development Bank, Rio Janeiro, 2002b. Disponível em <http://www-1.gsb.columbia.edu/faculty/jstiglitz/index.cfm>

## DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES

Brasília. Carta de Brasília. *1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis*, 2001.

Salvador. *Carta dos Catadores e Catadoras do Estado da Bahia*, 2004.

Caxias do Sul. Carta de Caxias do Sul. *I Congresso Latino-Americano de Catadores*, 2003.

Ministério das Cidades. *Política Nacional de Saneamento Básico (PNS)*. Disponível em: <http://www.abesrio.org.br/download/Projeto%20de%20Lei%205296.2005-com%20carta%20Olivio%20Dutra.doc> Acesso em Maio 2006.

MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis). Dia do Meio Ambiente, Regional Sul, 2004a.

MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis). Dia do Meio Ambiente, Regional São Paulo, 2004b.

MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis). Pelo direito à Cidade! Pelo direito ao Trabalho! Regional São Paulo, 2005.

MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis). Análise do custo do posto de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de Materiais Recicláveis. Promovido pelo MNCR e realizado pelo Pangea Centro de Estudos Socioambientais em parceria com o Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais – GERI da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2006a.

MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis). Relatório do Encontro dos 700. Brasília, 2006b.

Secretaria Nacional de Saneamento Básico. Lixo e Cidadania: guia de ações e programas para a gestão de resíduos sólidos. Brasília, 2005. Disponível em:

[http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/4camara/grupos\\_trabalho/residuos/outros\\_documentos\\_tecnicos/guia\\_de\\_acoes\\_de\\_residuos\\_solidos.pdf](http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/4camara/grupos_trabalho/residuos/outros_documentos_tecnicos/guia_de_acoes_de_residuos_solidos.pdf) Acesso em Maio 2006.